

# Principais entregas e resultados

Secretaria Nacional de Política sobre Drogas e  
Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança  
Pública (Senad/MJSP)

2023



# Apresentação

Este relatório tem o objetivo de destacar as conquistas e avanços alcançados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP) ao longo do ano de 2023. Nossa atuação foi pautada pelos sete eixos estratégicos que compõem a essência de nossa missão:

## 1. Prevenção:

O fortalecimento de ações de prevenção do uso e do uso problemático de drogas foi central em nossas atividades. Visando a promoção de sistemas preventivos em âmbito nacional, retomamos programas amplamente respaldados em evidências nacionais e internacionais, disponibilizamos campanhas e materiais de orientação, fortalecemos a agenda de pesquisa em prevenção e fomentamos parcerias com unidades federativas em todas as regiões do país.

## 2. Atenção, acesso a direitos e reinserção social:

Priorizamos a promoção e a garantia do acesso a direitos especialmente a grupos mais vulnerabilizados, como mulheres, jovens negros e periféricos, indígenas e pessoas em situação de rua, com demandas relacionadas ao uso de substâncias e vivendo em contextos de exclusão social, fortalecendo boas práticas locais e com propostas inovadoras de reinserção social, bem como de editais de financiamento voltados a organizações da sociedade civil que já atuam nos territórios.

## 3. Gestão de Ativos:

Aprimoramos o processo de recuperação e gestão de ativos, adotando medidas eficazes para a descapitalização do crime organizado, por meio da alienação e destinação de bens apreendidos em consequência de crimes relacionados aos tráfico de drogas, bem como qualquer atividade conectada com a produção e comercialização de drogas ilícitas. Nesse sentido, a SENAD contribui para o enfrentamento das organizações criminosas, alinhada ao conceito de asfixia financeira e inteligência no uso dos recursos geridos pelo Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

## 4. Aperfeiçoamento da aplicação da Lei de Drogas e qualificação das instituições de segurança pública:

Investimos na capacitação contínua das instituições de segurança pública, visando aprimorar a aplicação da Lei de Drogas. Colaboramos ativamente para garantir que as ações estejam alinhadas com os princípios da legalidade, proporcionalidade e respeito aos direitos humanos.

## 5. Pesquisa, avaliação e monitoramento:

Desenvolvemos políticas públicas baseadas em evidências, por isso a pesquisa científica é tão importante para estruturar nossas ações, com processos de avaliação e monitoramento que permitam ajustes dinâmicos às demandas da sociedade. Isso nos possibilita aprimorar continuamente nossas estratégias e programas, bem como fornecer materiais para a produção de conhecimento sobre a política de drogas, seus impactos e possíveis inovações em políticas públicas.

## **6. Governança da Política sobre Drogas com participação social e colaboração interfederativa:**

Valorizamos a participação ativa da sociedade civil na construção e avaliação de políticas. Fomentamos parcerias com entidades públicas e privadas, bem como promovemos a colaboração interfederativa para fortalecer a integração de esforços na abordagem do fenômeno das drogas. Reconstruímos a participação social dentro do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, o CONAD, órgão superior permanente, normativo e deliberativo da política sobre drogas do país.

## **7. Reposicionamento do Brasil na política internacional sobre drogas:**

Agimos de forma proativa na esfera internacional, buscando posicionar o Brasil como protagonista na discussão sobre políticas de drogas, com ênfase para os diálogos regionais. Estabelecemos parcerias estratégicas, participamos ativamente de fóruns internacionais e contribuímos para a construção de abordagens mais equilibradas e humanitárias.

---

Em síntese, este documento reflete o compromisso da Senad/MJSP com uma abordagem integrada e abrangente no enfrentamento às questões relacionadas às drogas, alinhado aos objetivos de políticas públicas deste Governo: políticas antirracistas, de promoção da equidade de gênero, da garantia dos direitos humanos e da proteção social a grupos mais afetados pela exclusão social.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e sociedade civil que contribuíram para os resultados alcançados neste ano. Juntos, continuaremos a trabalhar na construção de uma sociedade mais saudável, segura, justa e igualitária.

**Marta Machado**

Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

# 1. Prevenção



**Realização do 1º Seminário sobre Pesquisa em Prevenção**, durante a Semana Nacional de Políticas Sobre Drogas (26-30/junho), envolvendo gestores e implementadores dos campos da justiça, saúde e educação, bem como pesquisadores de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

**Lançamento do Sistema Nacional de Prevenção (SINAP)**, em parceria com o Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (UNODC). Trata-se de uma plataforma online com materiais de referência sobre prevenção, manuais, cursos EAD, normativas etc.: <https://www.plataformasinap.com.br/>

**Plano de Implantação de programas de prevenção com evidências internacionais e nacionais, Famílias Fortes, #TamoJunto e Elos**, em escolas públicas, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e comunidades nos 163 municípios prioritários do Pronasci. O plano envolve:

- Termo de Execução Descentralizada firmado com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz);
- Parceria com o Estado do Ceará como estado-piloto para oferecimento dos programas em todos os municípios;
- Parcerias estabelecidas e prestes a serem firmadas com os municípios de: São Paulo/SP, Santos/SP, Rio de Janeiro/RJ, Osasco/SP, Curitiba/PR e Cordeirópolis/SP;
- Parceria com o UNODC para desenvolvimento e oferta de módulos de Ensino a Distância sobre os programas, voltados para gestores e educadores.

**Adaptação e avaliação do Programa de Prevenção Comunidades que Cuidam**, voltado a comunidades e lideranças comunitárias e que será promovido pela Senad em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para adaptação, aplicação de pilotos, avaliação de eficácia e de efeitos sobre desfechos de abuso de drogas e saúde mental, bem como ação de formação nacional.

**Campanha nacional de prevenção "Escutar para Cuidar"**, com foco em famílias, crianças e adolescentes, disponível a partir de outubro/23 de forma gratuita na internet ([link](#)).

**Reunião Técnica sobre Prevenção do Uso de Substâncias Psicoativas no Contexto Escolar**, nos dias 14 e 15 de dezembro, em colaboração com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, Ministério da Educação, para discussão intersetorial da pauta prevenção com entidades representativas da área da Educação.

## Pronasci Juventude

Projeto de prevenção da violência, do envolvimento com criminalidade e do uso de drogas, com inclusão social de adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social. O programa envolve a oferta de atividades diárias de cultura, arte, debates sobre cidadania e construção de projetos de vida nos primeiros seis meses, para então promover a inclusão do jovem em curso profissionalizante em um Instituto Federal. Prevê a oferta de bolsa mensal de R\$ 500 aos jovens durante 18 meses. A ser implantado nos 163 municípios indicados como prioritários do Pronasci.

- Parceria firmada com o MEC para inclusão educacional dos jovens por meio da rede

dos Institutos Federais;

- Processo de revisão e avaliação dos programas de juventude anteriores e existentes no país para a modelagem da política pública;
- Lançamento do Pronasci Juventude no Rio de Janeiro (05/12), na sede da Prefeitura do município para atendimento de 1.500 jovens;
- Acordo de Cooperação Técnica firmado entre MJSP, Prefeitura do RJ, Fiocruz e Instituto Federal da Bahia para implantação do piloto, monitoramento e consolidação da metodologia;
- Parceria firmada com a Fiocruz (TED no valor de R\$ 22 milhões) cobrindo equipe psicossocial e pagamento de bolsas por 18 meses para implantação dos pilotos do Pronasci Juventude no Rio de Janeiro e em Salvador, atingindo um total de 2 mil jovens. A parceria envolve também a consolidação da metodologia e o plano de expansão do programa para os municípios prioritários do Pronasci;
- Reunião técnica para consolidação da metodologia dos pilotos planejada para janeiro/24.

## **Projeto Tô de Boa/RJ**

O Projeto foi uma das inspirações para a modelagem do Pronasci Juventude. Uma versão piloto, iniciada em 2023, contemplou 200 jovens em duas comunidades de alta vulnerabilidade e exposição à violência no Rio de Janeiro, com oferta de atividades de arte, esporte e oficinas profissionalizantes no contraturno, com pagamento de bolsa de R\$ 500 para os jovens. Novo convênio, com repasse de R\$ 5 milhões, foi firmado com a Prefeitura do Rio para continuidade do projeto, de modo a atingir mais 500 jovens em 2024. Esse programa é gerido pela Prefeitura e, dada a sinergia com o Pronasci-Juventude, que será implantado no Rio também em 2024, acordamos a constituição de um Comitê Gestor conjunto.

## **Política de redução dos riscos e danos associados ao álcool**

Parceria com o Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB) da Fundação Oswaldo Cruz para realização de levantamentos sobre a venda e promoção online de bebidas alcólicas, incluindo o lançamento do Caderno de Debates "Bebidas alcólicas no Brasil: disponibilidade, marketing e desafios regulatórios", que sintetiza os enormes danos associados ao consumo de álcool no mundo e no Brasil e apresenta propostas de ações de controle e regulação baseadas em evidências para reduzi-los.

Estabelecimento de parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e com a Secretaria de Assuntos de Digitais do MJSP, para estabelecer políticas de promoção de controle de vendas digitais de álcool para adolescentes.

Financiamento de pesquisa, no âmbito de uma parceria com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, para identificação dos obstáculos para implementação de políticas reconhecidamente eficazes de redução dos danos associados ao álcool no Brasil. Além de avaliar as estratégias e adaptações necessárias para essas políticas, o Projeto produzirá indicadores para monitoramento que serão incorporados ao Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).

- Realização de reunião técnica com Organização Panamericana da Saúde (OPAS), HCPA/ UFRGS, Fiocruz, Ministério da Saúde e Vital Strategies para alinhamento de estratégias e

elaboração de uma agenda conjunta para ações e políticas de redução dos danos associados ao álcool.

- Parceria com a OPAS para a implantação do pacote técnico da iniciativa SAFER da Organização Mundial da Saúde, no Brasil, voltado ao desenvolvimento, implantação, qualificação e fortalecimento das ações em prevenção do uso de álcool, outras drogas e seus impactos sociais e de ações de promoção do cuidado e hábitos de vida saudáveis para garantir acesso a direitos, incluindo o direito à saúde.

## **Prevenção ao uso de dispositivos eletrônicos de fumar, com foco em adolescentes**

- Parceria com a UERJ e a Fundação Oswaldo Cruz para realização de levantamentos sobre a venda e a promoção online de tabaco e derivados, incluindo os Dispositivos Eletrônicos para Fumar ("vapes")
- Estabelecimento de parceria com a Senacon, com a Secretaria de Assuntos de Digitais do MJSP, com a Polícia Federal e os Correios para promover o maior controle pelas plataformas de vendas digitais de Dispositivos Eletrônicos para Fumar, proibidos no Brasil

## 2. Atenção, acesso a direitos e reinserção social



**Apoio a programas de acompanhamento, cuidado e reinserção social de pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas** que são referência para a política que pretendemos fomentar e que já são implementados nos territórios:

- **Programa Corra Pro Abraço – Bahia** (R\$ 6.800.000,00): Convênio com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia para expansão do Programa para outras quatro cidades do estado: Lauro de Freitas, Juazeiro, Porto Seguro e Barreiras.

O “Corra Pro Abraço” atua com pessoas em situações de extrema vulnerabilidade e risco social, associados à pobreza, à criminalização e ao uso abusivo/nocivo de drogas, promovendo a prevenção, a redução de riscos e danos, a garantia de direitos e a inclusão social dessas pessoas.

- **Programa ATITUDE - Pernambuco** (R\$ 4.747.989,79): Convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas do Estado de Pernambuco para expansão do Programa, que proporciona atendimento aos usuários de crack, álcool e outras drogas, com grande exposição à violência; estendida a atenção também aos familiares

Com o repasse, a Senad financia o fortalecimento do Programa em Recife, bem como sua expansão para Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Caruaru, municípios abrangidos pelo Pronasci, com altas taxas de homicídio.

## **Estratégia Nacional Mulheres na Política sobre Drogas**



- Realização de Seminário Nacional para lançamento da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas no dia 23 de março de 2023. O evento contou com 232 participantes de forma híbrida, presencial e online. A abertura contou com a participação de cinco ministros: MJSP, Min das Mulheres, MS, MDS e MPI;
- Portaria de Criação de Grupo de Trabalho para as atividades da Estratégia, composto por sete ministérios, e incorporação posterior de dez organizações da sociedade civil e do Conselho Nacional de Justiça;
- Realização de duas reuniões do GT em 2023, uma com foco em mulheres em situação de vulnerabilidade que perdem a guarda dos filhos e outra com foco no encarceramento feminino.

Como desdobramentos do GT, estão em andamento:

- A elaboração conjunta com o Ministério das Mulheres de uma revista temática no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, com artigos sobre mulheres, justiça criminal e política sobre drogas;
- Parceria com o CNJ para o desenho de protocolo voltado às mulheres em situação de rua para aplicação da resolução CNJ no. 425/2022;

- Parceria com a Defensoria Pública da União para organizar serviços especializados para mulheres;
- Lançamento de Edital Fortalecendo Coletivos para financiamento de organizações da sociedade civil em projetos de prevenção, acesso a direitos, cuidado e acompanhamento de vítimas de violência relacionada a drogas. Foram selecionadas 5 organizações, uma de cada região do Brasil, totalizando cerca de R\$ 1,5 milhão;
- Novo Edital será lançado em janeiro/24 no valor de R\$ 4,5 milhões, para financiamento de mais quatro organizações por cada região, com o objetivo de alcançar até 20 OSCs com projetos de atuação nos territórios..

## **Estratégia Nacional para Mitigação e Reparação dos Impactos do Tráfico de Drogas sobre Populações Indígenas** (coliderada pela Senad e Ministério dos Povos Indígenas - MPI)



- Criação de GT interministerial por Decreto Presidencial em 28/04 e realização de duas reuniões do Grupo de Trabalho para desenvolvimento da Estratégia;
- Realização de Oficina com as Delegacias de Narcóticos (Denarcs) dos Estados da Amazônia Legal durante o Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em Belém/PA, para intercâmbio de diagnósticos, informações e estratégias de ação sobre o avanço de redes criminais na Amazônia;
- Realização de Mesa de Debate durante o Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em Belém com depoimentos de lideranças indígenas e quilombolas sobre invasões de seus territórios e violências contra suas populações por organizações criminosas ligadas ao narcotráfico;
- Lançamento de Edital para organizações da sociedade civil que desenvolvam projetos voltados ao aumento da resiliência das comunidades e prevenção ao aliciamento. Foram selecionadas cinco propostas voltadas ao fortalecimento de organizações da sociedade civil atuando em benefício de comunidades indígenas presentes no Acre, Pará, Paraná, São Paulo e Santa Catarina, totalizando R\$ 600 mil;
- Parceria com MPI e Polícia Federal para elaboração de Manual e Treinamento para forças policiais para atuação junto a populações indígenas;
- Estabelecimento de parceria com a Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para desenvolvimento de projetos de prevenção ao abuso do álcool e acompanhamento de usuários, focado em populações indígenas;
- Realização de reuniões bilaterais com MPI e SESAI/MS para troca de informações e dados, com foco na criação de programas de prevenção, atenção e cuidado álcool e outras drogas voltado a populações indígenas;

- Parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para realização de levantamento sobre violências sofridas por comunidades indígenas e tradicionais por redes criminais ligadas ao narcotráfico;
- Parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e com a Secretaria de Assuntos Penais do MJSP para realização de projeto de reinserção social para indígenas egressos do sistema penitenciário;
- Participação do Grupo de Trabalho sobre a emergência no Vale do Javari, contribuindo com ações de prevenção e assumindo a responsabilidade pela condução de um plano de desenvolvimento comunitário e de acesso a direitos no território;
- Parceria com a Defensoria Pública da União, no valor de R\$ 1.284.419,21, para atendimento jurídico itinerante a pessoas em cidades de fronteira, com foco na garantia de direitos a indivíduos indígenas encarcerados por delitos relacionados à lei de drogas;
- Em Brasileia (cidade fronteiriça no estado do Acre), em 19/05, a Senad participou da organização do Seminário "Segurança nas Fronteiras Brasileiras", debatendo a interlocução entre pesquisadores e agentes da segurança que atuam na região amazônica, bem como a questão de tráfico de drogas na região e ações junto a comunidades indígenas;
- Em São Gabriel da Cachoeira (Amazonas), a Senad participou, em agosto, de evento com gestores públicos da região, lideranças indígenas e comunidade para discutir questões relacionadas à segurança pública, proteção social e sustentabilidade. A Senad apresentou sua Estratégia Nacional e abordou programas de prevenção e o projeto de pesquisa sobre prevalência de uso de drogas e vitimização por violência.

## **Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para a População Negra e Periférica na Política sobre Drogas** (coliderada pela Senad e Ministério da Igualdade Racial)



- Realização de Seminário de lançamento da Estratégia, com pesquisadores e representantes da sociedade civil, com lançamento do relatório "A Questão racial nos processos criminais por tráfico de drogas dos tribunais estaduais de justiça comum: uma análise exploratória", produzida pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), com o apoio da Senad;
- Lançamento de Edital de fomento Justiça Racial na Política sobre Drogas no valor de R\$ 3,5 milhões, a partir do qual 13 organizações da sociedade civil foram selecionadas (resultado publicado em 8/12);
- Apoio ao II Simpósio Nacional de Segurança Pública e Relações Sociais, organizado pelo Grupo de Trabalho Permanente pela Igualdade Racial (GTPIR) da Polícia Militar do Estado da Bahia, que trabalha para a coordenação de programas, projetos e ações institucionais sobre a questão racial dentro e fora da corporação. A SENAD e a SENASP apoiaram o evento com pagamento de passagens e diárias de policiais militares e importantes palestrantes para o encontro, que ocorreu dos dias 12 a 14 de dezembro de 2023, em Salvador-BA;

- Parceria com a OPAS, MS, MIR e SAJU/MJSP para implementação de ações de reparação, de cuidado e de promoção do acesso a serviços voltados a territórios periféricos impactados pela atuação do tráfico e violências associadas, com especial atenção a mães e familiares de vítimas de violência institucional;
- Senad liderou a redação de uma proposta legislativa que prevê prioridade de tramitação e garantia de direitos de acesso a justiça a vítimas e familiares de vítimas em casos de violência letal intencional contra crianças e adolescentes. A proposta foi encaminhada à casa civil pelo MJSP.

### **Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social – CAIS** (Programa em parceria com o MDHC, que integrou o Plano Nacional Ruas Visíveis)

Centros para atendimento multiprofissional para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, com demandas relacionadas ao uso de drogas ou em contato com o sistema de justiça criminal por conta da Lei de Drogas, com o objetivo de propiciar atenção a questões relacionadas a álcool e outras drogas, acesso a direitos, integração à rede de serviços públicos e resgate da cidadania.

- Edital conjunto com MDHC no valor de R\$ 14,4 MI para financiamento de 16 centros no país será lançado no início de 2024

### **Programa Moradia Cidadã** (Parceria MDHC, MS, MDS e Ministério das Cidades, que integrou o Plano Nacional Ruas Visíveis)

Acesso imediato à moradia e acompanhamento psicossocial para a recuperação da dependência, inserção na rede de serviços, conquista da autonomia e busca de oportunidades de educação ou emprego para pessoas em situação de rua com questões de saúde mental e uso problemático de drogas.

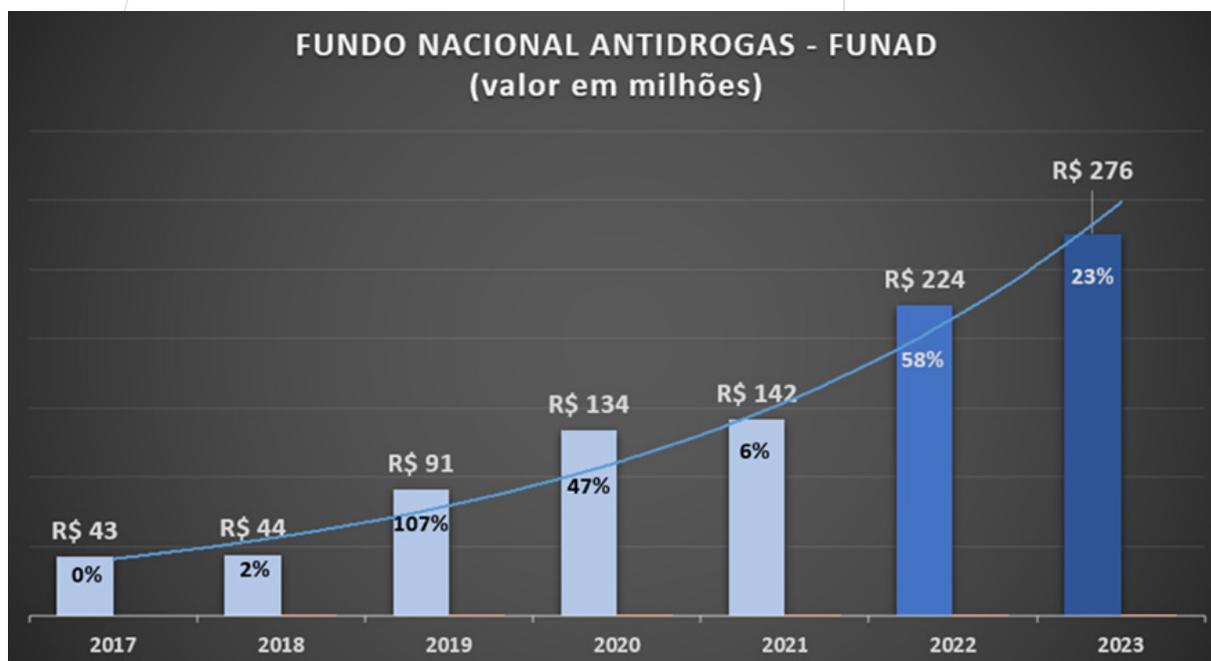
- Acordo de Cooperação Técnica entre diversos Ministérios foi assinado em dezembro de 2023 para implantação de piloto com 150 unidades habitacionais (reportagem [aqui](#)).

### 3. Gestão de ativos



A gestão de ativos da Senad possui a principal função de promover um Ciclo Virtuoso da Descapitalização do Crime Organizado, de forma que os bens apreendidos que tenham perdimento para a União possam ser leiloados ou repassados, criando condições para financiar políticas de qualificação da atividade policial, pesquisa, prevenção e reinserção social.

**Receita arrecadada líquida de janeiro até novembro de 2023: R\$ 276.745.083,71**



- Leilão de 135 Ativos Especiais (R\$ 125.207.534,95): Realizamos leilões de ativos especiais, incluindo veículos de luxo, aeronaves e embarcações, gerando uma arrecadação de R\$ 126.475.068,00 para os cofres públicos.
- 413 leilões realizados, com um total de 5.150 ativos leiloados, resultando em uma arrecadação de mais de R\$ 190 milhões aos cofres públicos.

**Lançamento do Sistema Eletrônico de Leilões (SEL)** da SENAD, plataforma de leilões eletrônicos que visa ampliar o acesso dos cidadãos aos leilões, em especial de bens de menor valor. A plataforma arrecadou R\$ 270.000,00 com a venda de ativos apreendidos em benefício da União.

**Operação de Conversão de Numerário Estrangeiro.** Em parceria com a Caixa Econômica Federal, Poder Judiciário e Bank of America, conduzimos a conversão de euros e dólares americanos, resultando em R\$ 28,4 milhões, dos quais R\$ 23 milhões foram destinados ao FUNAD.

**Destinação Social de Bens Apreendidos.** A Senad iniciou tratativas com o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário para criação de protocolo visando a destinação social para a reforma agrária de imóveis rurais perdidos para a União.

**Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos - Sigap 2.0.** A Diretoria em parceria com a área de TI do ministério está envidando esforços para informatizar os fluxos e integrar os diferentes atores da gestão de ativos por meio de um sistema, aumentando assim sua eficiência.

**Formação do Grupo de Trabalho de Recuperação e Gestão de Ativos:** Grupo de trabalho

formado pela Senad, Senasp, Senajus e Polícia Federal, em parceria com representantes das polícias civis dos Estados e do Distrito Federal. Das 11 propostas e cinco iniciativas sugeridas pelo GT, destaca-se a criação de um [repositório virtual](#), com área restrita, dedicada a integrar as ações de gestão de ativos dos estados e a constituição da **Recupera** - Rede Nacional de Recuperação de Ativos, como medida de articulação institucional do MJSP para promover a identificação, localização, apreensão, administração e destinação de ativos relacionados à prática de infração penal. A Rede busca estabelecer um ambiente favorável e seguro para o compartilhamento de experiências, metodologias de trabalho, boas práticas, capacitação integrada, dentre outras possibilidades de fortalecimento das unidades de Recuperação de Ativos das Polícias Civis e Federal.

**Participação na elaboração do Decreto N° 11.842/2023**, que institui o Conselho Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos.

**Encontros Nacionais das Comissões de Avaliação e Alienação de Ativos.** Com o objetivo de aperfeiçoar o processo de gestão e destinação de ativos apreendidos no país, os eventos reuniram pela primeira vez, em Brasília, atores ligados à segurança pública federal e estadual, além de instituições públicas e leiloeiros, para o compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas.

As Comissões Federais e Estaduais de Avaliação e Alienação de Ativos de Bens desempenham um papel fundamental na gestão de ativos apreendidos ou confiscados em várias unidades federativas do país. Além disso, têm a missão de apoiar a Senad, auxiliando no controle, localização, avaliação e alienação de bens móveis e imóveis, agilizando a realização de leilões e garantindo a efetiva destinação desses bens.

- Realização do 1º Encontro Nacional das Comissões Federais de Avaliação e Alienação de Ativos - **Dias 18 e 19/10**;
- Realização do 1º Encontro Nacional das Comissões Permanentes de Avaliação e Alienação de Ativos dos Estados e Distrito Federal (DF) - **Dias 22 e 23/11**.

**Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso** para realização de atividades conjuntas de educação profissional, principalmente nos campos da formação, aperfeiçoamento, capacitação e de pesquisas, com foco na recuperação e gestão de ativos. Esse projeto piloto pretende ser expandido para escolas de magistratura dos demais estados, a fim de disseminar conhecimento e aperfeiçoar a gestão de ativos nacionalmente.

### **Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos - Fortalecimento da Atuação Policial**

- Investimento de R\$ 6.377.543,60 na qualificação da atuação repressiva das Polícia Federal em todo o país, fortalecendo a segurança com transferências voluntárias de recursos do FUNAD;
- Monitoramento Terrestre de Fronteiras: Repasse de R\$ 4.612.500,00 para a Polícia Rodoviária Federal, a fim de reforçar a atuação nas regiões fronteiriças, com foco em ações de prevenção.
- Assinatura de termos de incorporação com diversos estados, transferindo 30 veículos do FUNAD para órgãos de segurança pública, visando o fortalecimento de suas operações.

## 4. Aperfeiçoamento da aplicação da Lei de Drogas e qualificação das instituições de segurança pública com atuação na Política sobre Drogas



**Correalização da 4ª edição do Fórum Nacional de Alternativas Penais** (Fonape, 13 e 15 de setembro), em parceria com o CNJ e a Senappen, com foco na lei de drogas e as alternativas ao encarceramento.

**Qualificação das Guardas Municipais.** A ação integrou o Plano Nacional Ruas Visíveis e envolve a parceria com a Fiocruz para que, nos municípios prioritários do PRONASCI, haja a oferta de:

- Cursos de formação sobre abordagem territorial de populações vulnerabilizadas e com demandas relacionadas ao uso de substâncias;
- Desenho de protocolos de abordagem para populações vulneráveis, com foco em demandas relacionadas a álcool e outras drogas;
- Estratégias de produção e disseminação de conhecimento sobre demandas das pessoas em situação de rua.

**Linha de cuidado e atenção psicossocial voltados para agentes de segurança pública.** Parceria com a OPAS, Ministério da Saúde, e SENASP/MJSP para o desenvolvimento de estratégias e programas de prevenção do uso de álcool e outras drogas para agentes de segurança pública, além da estruturação de metodologia para uma linha de cuidado e atenção psicossocial voltados para agentes de segurança pública e implantação de pilotos com a Polícia Federal em 2024.

**Lançamento e disseminação da pesquisa “Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas”**, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com financiamento da Senad. A pesquisa de inédita abrangência nacional cobriu mais de cinco mil autos processuais pelos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) sentenciados em 2019 por TRFs e TJs. Os dados consolidados da pesquisa permitem uma análise empírica da aplicação da Lei de Drogas, de forma a fomentar o debate e a qualificação dos operadores do direito e das forças de segurança. Entre os inúmeros dados relevantes, a pesquisa evidencia a diferença da atuação entre as polícias e a justiça nos âmbitos estadual e federal. Nesta última, predominam processos que advém de longas investigações e resultam em robustas apreensões de drogas e patrimônio; ao passo que o padrão das polícias estaduais e dos processos estaduais são casos decorrentes de flagrantes de rua, com o perfil majoritário dos réus é formado por jovens, de baixa escolaridade, não brancos e que, quando flagrados com drogas, detinham quantidades relativamente pequenas, em sua maioria não estavam armados.

- Realização do Seminário “Um olhar sobre os processos criminais de tráfico no Brasil: desafios na aplicação da Lei de Drogas” que lançou os relatórios completos da pesquisa e promoveu debates entre pesquisadores e atores do sistema de justiça criminal;
- Elaboração de plano de disseminação dos resultados e do banco de dados da pesquisa (incluindo palestras e cursos) para atores do sistema de justiça criminal, a ser implementado em 2024.

**Aprimoramento e ampliação da formação e capacitação para agentes públicos (perícia, investigação patrimonial e toxicologia) e público não especializado**

- **Projeto Minerva** (parceria com a SENASP, PF e Ciatox/Campinas): O Projeto Minerva envolve um conjunto de capacitações presenciais (com carga entre 36 e 40 horas) voltadas para

peritos criminais estaduais oficiais que atuam em laboratórios de Química e/ou Toxicologia Forense, com cursos sobre Instrumentação em Química Analítica, Novas Substâncias Psicoativas e Análises Toxicológicas. Em 2023, o Minerva realizou:

a) Minerva Internacional: dois cursos de capacitação sobre novas substâncias psicoativas voltado para 20 peritos criminais latino-americanos;

b) Minerva PeQui: rodada de análise de drogas "de rua" (análise de pureza e preço) realizadas por 4 peritos estaduais;

c) Minerva JIFE: treinamento para 40 profissionais brasileiros sobre mecanismos de notificação à Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);

d) Minerva ES: 12 peritos criminais de diversos estados brasileiros receberam treinamento em toxicologia forense na primeira semana de dezembro, em Vitória, no Espírito Santo.

• **Projeto Mercúrio.** Parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina com o objetivo de formular, desenvolver e ofertar cursos on-line, com tutoria e autoinstrucionais, sobre assuntos e temas relacionados à Política Nacional sobre Drogas. São atualmente ofertados em modalidade EAD com vagas para profissionais vinculados ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) quatro cursos:

I) CoPlanar - Capacitação de Gestores para a Elaboração de Planos Estaduais e Municipais sobre Drogas (em fase de atualização para as novas diretrizes da SENAD)

II) Curso Política de Drogas em Perspectiva Comparada (COMPASSO) direcionado para o público em geral com interesse no tema, esse curso de EAD, com monitoria, está em fase de elaboração pela UFSC e suas inscrições serão abertas no início de 2024. O curso capacitará os discentes nos fundamentos e na história da política sobre drogas, buscando diferenciar as visões de senso comum daquela pautadas por metodologias científicas.

III) Leiloeira+ :voltado para leiloeiros públicos oficiais envolvidos com processos de gestão de ativos, já recebeu mais de 450 inscrições e será ofertado pela primeira vez no início de 2024.

**Modernização das Polícias Científicas/Perícias**, com foco na região Nordeste. A Senad repassou um total de R\$ 13.434.411,58, para aquisição de equipamentos para laboratórios de perícia, por meio de convênios assinados com os seguintes estados:

• Piauí (R\$ 2.954.000,00): Aquisição de cromatógrafo gasoso e espectrômetro de infravermelho para aprimorar o exame de drogas brutas, melhorando a capacidade de análise e identificação de substâncias no estado;

• Alagoas (R\$ 2.525.902,45): Aquisição de Sistema de Cromatografia Líquida acoplado a Espectrometria de Massa para identificação de novas drogas post mortem, especialmente em casos de violência sexual;

• Sergipe (R\$ 2.936.622,71): Aquisição de Sistema de Cromatografia Líquida de Ultra Eficiência Acoplada a Espectrometria de Massas de Alta Resolução para identificação de novas drogas em amostras biológicas de pessoas intoxicadas e post mortem, melhorando a precisão da análise;

• Rio Grande do Norte (R\$ 543.626,18): Aquisição de material de consumo laboratorial para detecção, identificação e quantificação de drogas, fortalecendo a investigação pericial

confiável em situações diversas;

- Pernambuco (R\$ 505.365,43): Aquisição de material de consumo laboratorial para detecção, identificação e quantificação de drogas, reforçando a investigação pericial confiável em Pernambuco;
- Ceará (R\$ 514.315,24): Aquisição de material de consumo laboratorial para detecção, identificação e quantificação de drogas, contribuindo para uma investigação pericial eficaz no Ceará;
- Maranhão (R\$ 4.500.000,00): Aquisição de equipamentos avançados, incluindo Cromatógrafo Líquido Acoplado a Espectrômetro de Massas, Cromatógrafo Gasoso e Espectrômetro de Infravermelho, para análise de drogas brutas e análise instantânea de drogas, ampliando as capacidades periciais.

## **Institucionalização e fortalecimento do Subsistema de Alerta Rápido Sobre Drogas (SAR) (Parceria com o PNUD e a UNODC)**

O SAR é um sistema preconizado por diversos organismos multilaterais cujo funcionamento é gerido por um comitê atualmente formado pela SENAD, Polícia Federal, Receita Federal e ANVISA para identificação de Novas Substâncias Psicoativas (NSPs) e novos padrões e formas de uso que constituem ameaças à saúde pública.

- Lançamento de dois informes do SAR em 2023:
  - Fentanil: caracterização e presença no Brasil;
  - Canabinoides Sintéticos: dados sobre oferta, demanda e desafios no Brasil.
- Mudança na gestão do Comitê-Gestor do SAR de forma a abarcar a perspectiva da Saúde Pública e informações provenientes de organizações da sociedade civil especializadas no tema;
- Reestruturação do sistema de coleta de dados e emissão de alertas, a partir de parcerias com instituições de pesquisa;
- Início de tratativas para estabelecimento de cooperação do SAR na rede de outros sistemas de alerta rápido da América Latina.

## **Convênio com o Centro de Assistência Toxicológica da Unicamp (Ciatox/Campinas) - Projeto Baco**

Por meio do apoio da SENAD, o Ciatox/Campinas será o primeiro Centro de Toxicologia com certificação internacional, além de referência na sistematização de dados de análise laboratorial de amostras biológicas para drogas psicoativas. Além disso, o projeto prevê que, por meio de uma rede com outros Ciatox, o Ciatox/Campinas consolide dados nacionais para informações a respeito da composição de drogas em circulação no país, especialmente as sintéticas.

## 5. Pesquisa, avaliação e monitoramento



## **Reconstrução do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID)**

Depois de permanecer inoperante na última gestão federal, o OBID está sendo reconstruído por meio da consolidação de banco de dados e da cooperação com outros órgãos de governo e da sociedade civil.

### **Pesquisas de prevalência de uso de drogas psicoativas para subsídio às políticas públicas**

No Brasil, há uma lacuna na coleta de dados periódicos a respeito da prevalência do uso de drogas psicoativas de forma a permitir que séries históricas identifiquem tendências e, assim, subsidiem políticas públicas. A última pesquisa nacional foi realizada em 2015. Estão atualmente em desenvolvimento, com apoio da Senad:

- III Levantamento Nacional de Alcool e Drogas (LENAD), em parceria com a Universidade Federal de São Paulo: levantamento da prevalência de uso de drogas e temas afins, por meio de amostragem de representatividade nacional com cerca de 16 mil entrevistas e cujos dados serão apresentados em 2024;
- Projeto Cloacina, em parceria com a Universidade de Brasília: investigação da prevalência de uso de drogas por meio da coleta e análise de resíduos de esgoto em 18 regiões metropolitanas. Essa metodologia é uma forma alternativa aos inquéritos tradicionais para aferição da prevalência do uso de drogas e vem sendo crescentemente utilizada em âmbito internacional. Os primeiros resultados já estão sendo consolidados e devem ser lançados no início de 2024.

### **Programa de Cooperação Acadêmica em Política sobre Drogas – PROCAD Política sobre drogas (Parceria com a CAPES)**

Apoio a programas de pós-graduação e centros de pesquisa em todo o país, com prioridade para aqueles localizados fora do Eixo Centro-Sul, para financiamento de pesquisas em cinco eixos estratégicos:

- Eixo 1 – Ciências de prevenção ao uso problemático de drogas;
- Eixo 2 – Novas substâncias psicoativas (NSPs);
- Eixo 3 – Gestão do conhecimento sobre drogas;
- Eixo 4 – Políticas sobre drogas e segurança pública;
- Eixo 5 – Impactos das Políticas sobre Drogas entre negros, indígenas, mulheres e outros grupos vulnerabilizados.

Serão apoiados até 10 centros de pesquisa que, com aportes da SENAD e da CAPES, oferecerão bolsas nacionais (mestrado, doutorado, pós-doutorado) e internacionais (doutorado sanduíche e pesquisador visitante).

**Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - Cedesc (parceria com o PNUD e o UNODC).** Trata-se de um centro de estudos e pesquisas que apoia o trabalho da Senad prestando subsídios para a formulação de políticas públicas sobre drogas. Com a nova gestão o centro foi reconfigurado, com repactuação de seus objetivos, nome e identidade. Sua prioridade será a adaptação do conceito internacional de "desenvolvimento alternativo" para a realidade brasileira, com o propósito de unir políticas sobre drogas aos objetivos de desenvolvimento da ONU e auxiliar a SENAD na formulação de políticas que priorizam comunidades e grupos

socialmente vulnerabilizados, tendo dois eixos centrais de atuação: periferias urbanas & comunidades indígenas e tradicionais. O lançamento oficial do Centro acontecerá em evento internacional a se realizar na sede do MJSP no dia 29 de fevereiro de 2024. No ano de 2023, o Centro lançou os seguintes estudos:

- Lançamento do boletim temático "Tráfico de Drogas na Amazônia"
- Lançamento do boletim temático "Dinâmicas do Mercado de Drogas Ilícitas no Brasil vol. 2 - Grau de pureza de cocaína em quatro estados"
- Realizou, ainda, reuniões técnicas com a Diretoria de Crime Organizado da Polícia Federal para apresentação das pesquisas e estabelecimento de parceria para troca de conhecimentos e dados.

## 6. Governança da política de drogas com participação social e colaboração interfederativa



## Retomada do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD)

- Depois de ter a participação social suprimida na gestão anterior, o [Decreto n. 11480/23](#) restabeleceu o Conselho Nacional de Política sobre Drogas com composição paritária entre governo e sociedade civil, com realização de eleições públicas e participativas;
- Além disso, o decreto previu a criação da Comissão Interfederativa Permanente, composta por conselheiros e conselheiras estaduais, para que possam subsidiar e apoiar o plenário do CONAD;
- Em 2023, foram realizadas duas reuniões ordinárias do CONAD e duas da Comissão Interfederativa Permanente;
- Foi ainda aprovada em plenário a criação de três comissões temáticas permanentes e dois Grupos de Trabalho, um sobre atenção e cuidado e outro sobre regulamentação da cannabis para uso medicinal.

## Discussão do Novo Plano Nacional de Política sobre Drogas

- Início da elaboração do novo Plano Nacional de Política sobre Drogas (PLAND) pela Comissão de Legislação, Normas e Articulação Interinstitucional do CONAD;
- Realização de Oficina Temática sobre Direitos Humanos e Política sobre Drogas para marcar o início das discussões do Novo Plano no âmbito do Conad. Participaram convidados internacionais ligados à Universidade de Essex (Reino Unido), a Diretora de Política de Drogas da Colômbia e 110 pessoas de forma presencial e online.

Como resultado dos debates, foi elaborado um conjunto de recomendações para incorporação das Diretrizes Internacionais na política sobre drogas no Brasil. Na reunião ordinária do CONAD de dezembro de 2023, também foi aprovada a elaboração de uma resolução conjunta com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) sobre o tema.

## Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Política sobre Drogas

De modo piloto, foi firmado acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Rio Grande do Norte para expansão do programa Transformando Destinos para 40 municípios do estado. O programa prevê:

- Apoio na elaboração do Plano Municipal de Políticas Sobre Drogas, implantação de Comitê Gestor e dos Conselhos Municipais de Drogas nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte que ainda não tiveram intervenção na área temática;
- Aperfeiçoamento da Políticas de Drogas, da Estrutura de Governança e do Plano Municipal de Políticas sobre Drogas nos municípios do estado Potiguar que se encontram em um estado mais avançado de intervenções na política de drogas;
- Formação de conselheiros tutelares na política sobre drogas.

## 7. Reposicionamento do Brasil na política internacional sobre drogas



**Lançamento da versão em português das Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas**, em parceria com Universidade de Essex, UNAIDS, ACNUDH, OPAS/OMS, PNUD e MDHC.

**Coorganização do seminário “Drogas, vulnerabilidades e territórios urbanos”, em parceria com o Programa de Cooperação entre América Latina, Caribe e União Europeia sobre a política de drogas (COPOLAD III).** O evento ocorreu entre 24 e 26 de abril, em Fortaleza (CE), reunindo gestores governamentais e técnicos de países da América Latina, Caribe e Europa, além de membros da academia e sociedade civil.

**Realização e Coordenação da XXXII Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas do Mercosul (RED).** A Senad assumiu a presidência pro-tempore do grupo, realizou encontro presencial no MJSP em outubro, que resultou em uma Declaração Conjunta dos Países, com compromissos importantes para a promoção dos direitos humanos na política sobre drogas da região.

## **Participação em Fóruns Internacionais relevantes para a Política sobre Drogas**

- Curso Regional de Capacitação sobre o Controle do Tráfico Ilícito de Drogas, realizado pela Escola Regional da Comunidade Americana de Inteligência Antidrogas (ERCAIAD). Bogotá, Colômbia 27 de fevereiro a 10 de março de 2023
- 66ª Sessão da Comissão de Narcóticos das Nações Unidas (CND/ONU), de 13 a 17 de março de 2023, em Viena, Áustria:
  - Proferimento de Discurso de abertura;
  - Com subsídios da Senad, o Brasil apoiou a Resolução E/CN.7/2023/L.3 para “Promover o desenvolvimento alternativo como uma estratégia de controle de drogas orientada para o desenvolvimento, levando em consideração medidas para proteger o meio ambiente e reconhecer os direitos dos povos indígenas.”
  - Participação em evento paralelo “Aligning Drug Policy with Environmental Protection”, organizado pelo Transnational Institute, Colômbia, Global Drug Policy Observatory e Washington Office on Latin America (WOLA).
  - Visita Técnica à Sede do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e realização de reuniões técnicas com diversos setores.
- 32ª sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (CCPCJ/ONU), de 22 a 26 de março de 2023, em Viena, Áustria, com atuação da Coordenação-geral de Projetos Especiais sobre Drogas e Justiça Racial em evento paralelo e participação da Diretora de Gestão de Ativos e Justiça
- 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York - 16 a 21 de setembro 2023:
  - Evento Paralelo à 2ª Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, intitulado “Addressing the Public Health and Security Threat of Synthetic Drugs Through Global Cooperation”;
  - Evento paralelo à Cúpula, intitulado “Beyond Prohibition: Unpacking the Connection between Drug Policies and Sustainable Development Priorities”;
  - Visita Técnica ao Office of Cannabis Management; e
  - Reunião com representantes da organização não governamental Drug Policy Alliance;
  - Reunião bilateral com a representação da Colômbia.
- XXXI Reunión Especializada de Autoridades de Aplicación en Materia de Drogas (RED) do Mercosul. Buenos Aires, Argentina – 03 a 06 de maio de 2023;

- Reunião dos Observatórios Nacionais de Droga realizada pelo COPOLAD. Lisboa, Portugal - 22 a 26 de maio de 2023;
- Seminário Sub-regional sobre Sistemas de Alerta Rápido. Santiago, Chile - 24 a 28 de maio de 2023;
- "Regional Workshop: Plans for access to quality care services and social inclusion for people with problematic drug use in Latin America and the Caribbean". Montevideu, Uruguai - 19 a 24 de junho de 2023;
- 17ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Recuperação de Ativos da Conferência dos Estados Membros, no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção(COSP/UNCAC). Viena, Áustria - 3 a 9 de setembro de 2023;
- Reunião de Grupo de Especialistas em Desenvolvimento Alternativo da CICAD. Lima, Peru - 11 a 13 de outubro de 2023;
- 2º Fórum de Diálogo Intra-regional sobre Desenvolvimento Alternativo Integral e Sustentável (DAIS). Cidade do México, 27 e 28 de setembro. Organizado pelo Programa de Cooperação entre América Latina, Caribe e União Europeia sobre política de drogas (Copolad III);
- Encontro de Consulta Técnica Informal intitulada "Principles for Treatment and Care for People with Drug Use Disorders in Contact with the Criminal Justice System: Alternatives to Conviction or Punishment". Viena - Áustria - 02 a 04 de outubro de 2023;
- "24-hour Conference on Global Organized Crime online - Painel: Invisible Women in Drug Economies and gender sensitive drug policies". Remoto - 18 e 19 de outubro de 2023;
- 8º Fórum de Brandemburgo de Políticas sobre Drogas e Desenvolvimento, organizado pelo governo alemão e norueguês. Brandemburgo, Alemanha - 22 a 24 de novembro de 2023;
- Reunião bilateral com o Diretor-Geral do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) de Portugal e Visita Técnica à unidade de atendimento ao público. Lisboa, Portugal - 24 de novembro 2023.

### **Parcerias com a Comissão Interamericana para o Controle de Drogas da OEA (CICAD/OEA):**

- Como vice-presidente em 2023 do Grupo de Especialistas em Redução da Demanda da Comissão Interamericana para o Controle e Abuso de Drogas, a Senad apoiou a organização da 24ª reunião do grupo, que foi realizada na Cidade do Panamá no período de 12 a 14 de setembro de 2023;
- Na **74ª Sessão Ordinária da CICAD**, realizada em Washington, nos Estados Unidos, realizada do dia 11 ao dia 14 de dezembro de 2023, o Brasil, representado pela Senad, foi eleito para assumir a vice-presidência da CICAD, bem como a presidência do Grupo de Especialistas em Redução da Demanda, durante o ano de 2024. Por meio de um Acordo de Cooperação firmado com a OEA/CICAD, o Programa Universal de Prevenção do Uso de Drogas (UPC) está em processo de adaptação cultural para o Brasil, com um pacote de formações para professores previsto para o ano de 2024;

- Ainda em dezembro de 2023, em Brasília, foi realizada reunião técnica para revisão por Pares do Currículo Universal de Prevenção (UPC), Versão Online dos Cursos Core e Escolas, com a presença de representante da CICAD e participação dos desenvolvedores internacionais do programa.



### **Parceria com o *Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA)*, UNODC e COPOLAD:**

Oferta do curso Currículo Europeu de Prevenção (EUPC) em adaptação para o Brasil, em colaboração com o European Society for Prevention Research (EUSPR), o European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA), o UNODC e o COPOLAD, envolvendo:

- Tradução e adaptação do Manual do curso;
- Oferta de 2 turmas para 50 gestores e pesquisadores do campo das políticas sobre drogas de diversos estados, realizadas em setembro e novembro/23;
- Adaptação prevista de Formação de Formadores nacionais no currículo, para sua disseminação.

### **Fórum bilateral Brasil-Colômbia para intercâmbio de conhecimentos e experiências na Política sobre Drogas**

A Senad fez diversas reuniões e tratativas com a Diretoria de Drogas do Ministério da Justiça da Colômbia para a criação desse fórum. Sua primeira reunião acontecerá em fevereiro de 2024, tendo por objeto a discussão do narcotráfico na Amazônia e projetos de desenvolvimento comunitário alternativo.

## Perspectivas e Planejamento 2024

Objetivos Estratégicos 2024/2026	Resultados Esperados 2024
<p>OE1: <b>Liderar a reformulação da política nacional de drogas e do plano nacional de políticas sobre drogas</b>, considerando a distribuição socialmente desigual das consequências associadas às drogas e oferecendo respostas a problemas emergentes ou de maior impacto</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1.1 <b>Ter aprovado no CONAD</b> o novo Plano Nacional de Política sobre Drogas</li> <li>1.2 <b>Ter iniciado a implementação de Plano de Ação para redução dos danos associados ao álcool</b></li> <li>1.3 <b>Ter iniciado a implementação de Plano de Ação sobre Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs)</b> que congregue repressão à venda online e ações de prevenção e disseminação de informações baseadas em evidências</li> <li>1.4 <b>Ter iniciado a implementação de Plano de Ação sobre drogas sintéticas</b></li> <li>1.5 <b>Ter construído proposta de regulamentação administrativa para a posse e cultivo de cannabis para uso pessoal</b></li> <li>1.6 <b>Ter incorporado a dimensão da reparação racial na regulamentação</b> sobre produção e distribuição da cannabis para uso medicinal/terapêutico</li> </ul>
<p>OE2: <b>Tornar a SENAD referência nacional</b>, de forma perene e sustentável, na <b>produção, sistematização e disseminação de dados, pesquisas e avaliações sobre drogas e políticas sobre drogas</b>, articulando e induzindo redes de pesquisadores, universidades, organizações da sociedade civil e organismos internacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2.1 <b>Ter institucionalizado o Subsistema de Alerta Rápido para novas ameaças</b></li> <li>2.2 <b>Ter o OBID</b> lançado com site estruturado e indicador de vulnerabilidade na política de drogas elaborado</li> <li>2.3 <b>Rede de observatórios regionais constituída por meio de edital de fomento</b> para apoio ao OBID</li> <li>2.4 <b>Ter publicado série histórica de prevalência de uso de drogas</b></li> <li>2.5 <b>Ter realizado Seminário com contemplados em edital para programas de pós-graduação no âmbito do PROCAD/ CAPES</b></li> <li>2.6 <b>Ter publicado ao menos 6 volumes do “Pensando a política sobre Drogas”</b>, abrangendo prioridades da SENAD como um todo</li> </ul>
<p>OE3: <b>Construir e efetivar um sistema nacional de prevenção, intersetorial e baseado em evidências</b>, do uso e do uso problemático de drogas, de violências associadas e de comportamentos em conflito com a lei, com foco em crianças, adolescentes e jovens</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>3.1 <b>Ter o Sistema Nacional Intersetorial de Prevenção</b> instituído por meio de Decreto</li> <li>3.2 <b>Ter implantado programas escolares e familiares de prevenção em pelo menos 50 municípios</b>, com prioridade para os municípios do PRONASCI</li> <li>3.3 <b>Ter lançado Plataforma SINAP reformulada</b>, com ferramenta de monitoramento das ações de prevenção e aplicativo de IA para informação ao público</li> <li>3.4 <b>Ter capacitado ao menos 300 gestores no currículo de prevenção europeu adaptado ao Brasil</b>, por meio de formadores nacionais</li> </ul>

<p>OE4: <b>Qualificar o debate público sobre drogas no Brasil</b>, com base em perspectivas centradas nas pessoas, respaldadas por evidências e orientadas pela promoção de direitos e por justiça étnico-racial e de gênero, <b>distanciando-o de abordagens sensacionalistas</b></p>	<p>4.1 <b>Ter lançado marca da gestão da SENAD e realizado Campanha</b> que traduza as prioridades da gestão</p> <p>4.2 <b>Ter iniciado a implementação de um Plano de Comunicação</b> identificando temáticas, públicos que objetivamos alcançar, produtos que devemos elaborar e cronograma executável</p> <p>4.3 <b>Ter ampliado as menções à SENAD em projetos ou ações de ministérios parceiros</b></p> <p>4.4 <b>Ter realizado ao menos 2 ações estratégicas</b> (encontros, workshops, outros) <b>com jornalistas, formadores de opinião e veículos de imprensa</b></p> <p>4.5 <b>Ter realizado ao menos um encontro com comunicadores populares</b>, a partir do Prêmio Justiça Étnico-Racial na política sobre drogas</p>
<p>OE5: <b>Fortalecer a participação e o controle social da sociedade civil no desenho e execução da política nacional sobre drogas</b></p>	<p>5.1 <b>Ter revisto os atos normativos anteriores do CONAD para atualização e adequação à nova perspectiva da política sobre drogas</b></p> <p>5.2 <b>Ter realizado pelo menos dois eventos para fortalecimento do Fórum de Justiça Étnico-Racial na Política Sobre Drogas</b> (seminário de criação e reunião inaugural)</p> <p>5.3 <b>Ter apoiado pelo menos 10 organizações da sociedade civil</b>, fomentado tecnologias e projetos bem-sucedidos da sociedade civil no âmbito da política sobre drogas, <b>por meio de editais</b></p>
<p>OE6: <b>Ampliar e consolidar institucionalmente a gestão de ativos</b> para a descapitalização do crime organizado e promoção de políticas públicas do MJSP</p>	<p>6.1 <b>Ter implementado o mínimo produto viável (MVP) do Sigap 2.0</b></p> <p>6.2 <b>Ter destinado 55% dos ativos cadastrados</b></p> <p>6.3 <b>Ter ato normativo promulgado de destinação social de ativos para desenvolvimento comunitário e prevenção</b> com desenho de fluxos bem estabelecidos.</p> <p>6.4 <b>Ter realizado pelo menos 1 capacitação e monitoramento semestral junto as 54 Comissões Estaduais e Federais</b></p>
<p>OE7: <b>Efetivar estratégias territoriais de reinserção social para promover o acesso a direitos</b>, no âmbito da política sobre drogas, <b>para populações socialmente vulnerabilizadas</b>, de forma alinhada às diretrizes internacionais de direitos humanos, visando justiça étnico-racial e de gênero</p>	<p>7.1 <b>Ter realizado formações de guardas municipais em até 10 UFs</b> com base no novo protocolo de abordagem nas ruas</p> <p>7.2 <b>Ter desenvolvido Plano de Sustentabilidade para os Centros de Acesso a Direitos e Inserção Social</b></p> <p>7.3 <b>Ter implementado o Pronasci Juventude em pelo menos 1 município em cada região do país e pactuado Plano de Expansão e condições necessárias</b></p> <p>7.4 <b>Ter iniciado a implementação do Plano de Ação para Mulheres na Política sobre Drogas</b> envolvendo iniciativas da SENAD e dos demais Ministérios</p> <p>7.5 <b>Ter implementado ao menos 1 projeto de reparação racial no contexto das drogas com fomento ao associativismo e cooperativismo</b>, com foco em egressos do sistema prisional e pessoas vitimadas pela violência institucional, em articulação com a SENAPPEN</p> <p>7.6 <b>Ter consolidado Metodologia para Redução de Danos para indígenas</b> com uso problemático de drogas</p> <p>7.7 <b>Ter construído Modelo de linhas de cuidado em saúde mental</b> para familiares e vítimas de violência institucional</p>

<p>OE 8: <b>Fomentar uma abordagem em política de drogas</b> baseada em evidências e balizada pela garantia de direitos humanos, justiça étnico-racial e de gênero <b>na atuação de instituições e atores de segurança pública, do sistema de justiça criminal e do sistema socioeducativo</b></p>	<p>8.1 Ter manual de parâmetros para aplicação da lei de drogas <b>publicado</b> e com plano de disseminação <b>elaborado</b></p> <p>8.2 Ter pactuado um plano de ação nas 27 UFs voltado à qualificação dos serviços penais, SUS, SUAS e SUSP para atendimentos e encaminhamentos de demandas relacionadas ao uso de drogas, tendo implementado fluxos de integração dos serviços em até 10 UFs</p> <p>8.3 <b>Ter implementado um curso na Bolsa Formação de Policiais</b> que relacione políticas de drogas e temas de Direitos Humanos, justiça étnico-racial e de gênero</p> <p>8.4 Ter implementado plano de disseminação da pesquisa do IPEA/SENAD para os atores do sistema de justiça</p> <p>8.5 <b>Ter implementado pelo menos 10 formações para atores do sistema de justiça</b> sobre políticas de drogas no âmbito do TED Fiocruz</p> <p>8.6 <b>Ter disponibilizado 3 projetos de referência para adesão das polícias via instrumento de parceira para acesso aos recursos do FUNAD</b> com o objetivo de qualificar a atuação e combater a criminalização da pobreza via repressão às drogas</p> <p>8.7 <b>Ter estabelecido forma de cálculo e fluxo de saldo da destinação de fundos para instituições policiais</b></p> <p>8.8 Ter implementado linha de cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas para forças policiais em ao menos 1 UF</p>
<p>OE 9: <b>Promover e adaptar</b>, no âmbito da política de drogas, <b>o paradigma do desenvolvimento alternativo no Brasil</b>, na perspectiva do desenvolvimento social comunitário, em territórios afetados pela ação de organizações criminosas, <b>com foco na Amazônia e em periferias urbanas</b></p>	<p>9.1 <b>Ter elaborado modelo de desenvolvimento social comunitário para territórios indígenas</b> a partir da implementação de programa na região do Vale do Javari</p> <p>9.2 <b>Ter elaborado modelo de desenvolvimento social comunitário para territórios periféricos</b> a partir da implementação de projetos no Rio de Janeiro e em Salvador</p>
<p>OE 10: <b>Fazer do Brasil protagonista no debate internacional sobre política de drogas</b>, sob a perspectiva do desenvolvimento social comunitário, da justiça étnico-racial e de gênero</p>	<p>10.1 <b>Ter proposto ou copatrocinado ao menos uma resolução sobre desenvolvimento social comunitário e uma resolução sobre justiça racial</b> (na CND e na CCPCJ, respectivamente)</p> <p>10.2 <b>Ter organizado ao menos 1 side-event na conferência da CND e 1 side-event na conferência da CCPCJ</b></p> <p>10.3 <b>Ter sediado ao menos 4 eventos internacionais relevantes</b> no âmbito da política sobre drogas</p> <p>10.4 <b>Ter celebrado acordo de cooperação bilateral com a Colômbia</b> e ao menos 2 encontros técnicos</p> <p>10.5 <b>Ter celebrado, no âmbito do EnfoCe, ao menos um acordo de cooperação técnica com países que fazem fronteira com o Brasil</b></p> <p>10.6 <b>Ter consolidado o CDESC como referência regional em desenvolvimento social comunitário</b>, com o lançamento de ao menos 6 produtos</p>

OE 11: **Fortalecer institucionalmente a SENAD**, considerando recursos financeiros, estruturação e qualificação de equipe, aprimoramento de processos e fluxos internos, capacidades de gestão e de mobilização

- 11.1 **Ter ampliado os recursos financeiros da Senad em ao menos 50%** por meio de emendas parlamentares, articulação com o Tesouro e captações externas
- 11.2 **Ter empenhado ao menos 80% do orçamento da Senad antes da segunda janela orçamentária** (junho/2024)
- 11.3 **Ter todas as políticas públicas da Senad consolidadas** de acordo com a padronização do governo federal
- 11.4 **Ter implementado novo desenho da equipe**, considerando estrutura, composição e competências das diferentes unidades e fluxos internos
- 11.5 **Ter realizado ao menos 4 reuniões com toda a equipe da SENAD**, para capacitação temática

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO